



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA
DO FUTEBOL DO AMAZONAS

Processo n. 071/2016

DECISÃO

Vieram os autos a mim conclusos verifico o **TRANSITO EM JULGADO** do referido processo e após constatar ainda de que não houve pagamento espontâneo da pena pecuniária aplicada por este Tribunal a **PATRICIA LOPES SERUDO**, Presidente da a **EPD MANAUS FUTEBOL CLUBE**, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) e R\$500,00(quinhetos reais), conforme artigo 152-A, § 6º, do CBJD, respectivamente, este último por interposição de embargos manifestamente protelatórios, decisão de fls. 66 a 68, dos autos.

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que, por expressa previsão legal, é dever de o Tribunal garantir o cumprimento de suas decisões (art. 9, I, do CBJD). Tal regra decorre, sobretudo, da autonomia garantida à Justiça Desportiva por força da Constituição da República, que somente admite a intervenção do Poder Judiciário, em que pese às ações relativas à disciplina e às





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA
DO FUTEBOL DO AMAZONAS**

competições desportivas, após o esgotamento das instâncias desta Justiça especializada (art. 217, §1º, da CF/88).

É sabido, ainda, que as entidades de prática desportiva são solidariamente responsáveis pelas penas pecuniárias impostas às pessoas naturais que, no momento da infração, sejam seus atletas, **dirigentes**, administradores, etc., conforme dispõe o artigo 176-A, § 4º e § 5º, do CBJD.

Com efeito, é dever **SOLIDÁRIO** da **EPD MANAUS FUTEBOL CLUBE**, no caso em comento, o pagamento da penalidade pecuniária aplicada a denunciada **PATRICIA LOPES SERUDO** e solidariamente por força do artigo 176-A, § 4º e § 5º, do CBJD, a **EPD MANAUS FUTEBOL CLUBE**.

Ademais, o inadimplemento das multas aplicadas por este Tribunal revela afronta aos princípios que regem a Justiça Desportiva brasileira, elencados no art. 2º do CBJD, quais sejam: da legalidade, da moralidade, da razoabilidade e da prevalência, continuidade e estabilidade das competições, porquanto, além de demonstrar o desprestígio da equipe em relação às decisões do Tribunal, resulta em violação às normas impostas pelo legislador.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA
DO FUTEBOL DO AMAZONAS**

Entendo, ainda, que a falta de cumprimento das decisões desta Justiça Desportiva viola sobremaneira o princípio do espírito esportivo (*fair play*), que consiste na obtenção de uma vitória limpa, alheia a fatores antidesportivos, uma vez que a Presidente do clube inadimplente se coloca em situação desproporcional àquelas equipes que, não obstante as dificuldades financeiras encontradas cumprem as decisões que lhe são impostas.

Nessa seara de entendimento cito os seguintes julgados:

TJDGO - Processo 015/2014 - RECURSO
VOLUNTÁRIO - PROCURADORIA
CAMPEONATO GOIANO DE FUTEBOL PROFISSIONAL-
1ª DIVISÃO-2014

Jogo: ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE X A
ATLÉTICA APARECIDENSE

Data: Goiânia, 05 de FEVEREIRO de
2014

Procurador: Dr. OTÁVIO ALVES FORTE

Relator: Dr. ALFREDO AMBRÓSIO NETO

Extrato do julgamento:

Discutida e votada a matéria, dado parcial provimento ao recurso da procuradoria para por maioria, manter a pena de suspensão de 45 (quarenta e cinco) dias e elevar a multa para R\$ 15.000,00 (quinze mil) reais, para pagamento no prazo de 10 (dez) dias a contar desta decisão ficando de maneira solidaria o ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE, conforme preceitua o art. 176-A § 4º e 5º do CBJD, a sob pena de não o fazendo ficar a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA
DO FUTEBOL DO AMAZONAS**

associação ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE, **suspensa automaticamente de suas atividades**, sendo o processo devolvido para nova denúncia pela procuradoria ao Sr. VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA, ora denunciado, presidente da equipe desportiva Atlético Clube Goianiense, como incurso na infração disposta no artigo 243-F, do CBJD.

TJDGO - Processo 019/2014 - RECURSO

VOLUNTÁRIO - PROCURADORIA

CAMPEONATO GOIANO DE FUTEBOL PROFISSIONAL-
1ª DIVISÃO-2014

Jogo: VILA NOVA FUTEBOL CLUBE X GOIÁS
ESPORTE CLUBE

Data: Goiânia, 15 de FEVEREIRO de
2014

Procurador: Dr. OTÁVIO ALVES FORTE

Relator: Dr. ADEMIR MARTINS FONTES

Extrato do julgamento:

Discutida e votada a matéria, negar provimento ao recurso da procuradoria e por maioria, mantida a decisão da 1ª Comissão disciplinar com relação ao VILA NOVA FUTEBOL CLUBE, agremiação de futebol profissional participante do campeonato goiano de futebol profissional da 1ª divisão de 2014, como incurso na infração disposta no artigo 213 I, § 1º e 2º do CBJD. PERDA DE UM MANDO DE CAMPO COM PORTÕES FECHADOS MAIS A MULTA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) com prazo de pagamento de 10 dias sob pena de não o fazendo estar automaticamente suspenso de suas atividades. Rejeitada preliminar do Goias EC. Discutida e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA
DO FUTEBOL DO AMAZONAS**

votada a matéria, negar provimento ao recurso da procuradoria e por maioria, fica mantida a decisão da 1ª Comissão disciplinar com relação ao GOIÁS ESPORTE CLUBE, agremiação de futebol profissional participante do campeonato goiano de futebol profissional da 1ª divisão de 2014,, como incurso na infração disposta no artigo 213, § 1º e 2º do CBJD. PERDA DE UM MANDO DE CAMPO COM PORTÕES FECHADOS MAIS A MULTA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) **com prazo de pagamento de 10 dias sob pena de não o fazendo estar automaticamente suspenso de suas atividades.**

**TJDGO - Processo 022/2014 - RECURSO
VOLUNTÁRIO - PROCURADORIA
CAMPEONATO GOIANO DE FUTEBOL PROFISSIONAL-
1ª DIVISÃO-2014**

Jogo: A A APARECIDENSE x GOIÁS
ESPORTE CLUBE

Data: Aparecida, 23 de FEVEREIRO de
2014

Procurador: Dr. OTÁVIO ALVES FORTE

Relator: Dr. MARCELLO PAES SANDRÉ

Extrato do julgamento:

Conhecido do recurso para condenar nos termos do art.243-F parágrafo primeiro do CBJD,por maioria, o atleta VALDINEI E. BORGES CORREIA, atleta da A. A. Aparecidense, participante do Campeonato Goiano de Futebol Profissional da Primeira Divisão de 2014, como incurso no artigo 243-F, § 1º, do CBJD, fica SUSPENSO em 04 (quatro) partidas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA
DO FUTEBOL DO AMAZONAS**

com detração do impedimento automática, mais a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para pagamento no prazo de 10 (dez) dias a contar desta decisão ficando de maneira solidaria a ASSOCIAÇÃO ATLETICA APARECIDENSE, conforme preceitua o art. 176-A § 4º e 5º do CBJD, a sob pena de não o fazendo ficar a associação ASSOCIAÇÃO ATLETICA APARECIDENSE, **suspensa automaticamente de suas atividades**, sendo o processo devolvido para nova denúncia pela procuradoria.

○ Superior Tribunal de Justiça Desportiva também consolidou entendimento no sentido de que o inadimplemento das penas aplicadas pela justiça desportiva sujeita o clube infrator à suspensão de competições até a regularização da situação, impedindo, de igual modo, o registro de seus jogadores.

○ CBJD é claro ao determinar que a suspensão deve ocorrer enquanto perdurar o descumprimento (art. 191).

Por fim, destaco que as partes aqui apresentadas e condenadas sequer valeram-se das faculdades previstas no CBJD, no que tange a possibilidade de parcelamento das penas pecuniárias (art. 176-A, §3º), o que demonstra seu evidente descaso com esta Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA
DO FUTEBOL DO AMAZONAS

Diante do exposto:

I – Determino a **SUSPENSÃO** da equipe Entidade de Prática Desportiva **MANAUS FUTEBOL CLUBE** de qualquer competição, seja em âmbito regional ou nacional, até o cumprimento integral da decisão proferida nestes autos ou posterior deliberação, ficando impedida, inclusive, dentre outros atos, de registrar/inscrever atletas e participar de reuniões junto às entidades desportivas, por força da determinação legal da Solidariedade, estabelecida no 176-A, § 4º e § 5º, do CBJD.

II – Mantida, também, a **SUSPENSÃO** da **PATRICIA LOPES SERUDO**, Presidente da a **EPD MANAUS FUTEBOL CLUBE**, até o cumprimento integral da decisão proferida nestes autos ou posterior deliberação.

II – Determino, ainda, seja **NOTIFICADA** a FEDERAÇÃO AMAZONENSE DE FUTEBOL (FAF) acerca da presente decisão, para seu devido cumprimento, bem como para de que esta comunique a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA
DO FUTEBOL DO AMAZONAS**

III – Em caso de pagamento integral da pena pecuniária, por qualquer das partes, determino, após certificação pela secretaria, sejam os autos **IMEDIATAMENTE** conclusos para possível revogação da decisão em favor do pagador.

V – Após notificação dos envolvidos, determino seja extraída cópia integral do presente processo e encaminhada à Procuradoria da Justiça Desportiva do TJD-AM, para possível denúncia por violação ao art. 223, *caput*, do CBJD.

Publique-se e intime-se.

Manaus, 10 de agosto de 2016.

ANA CLAUDIA CONDE VIEIRALVES
Presidente da 2ª Comissão Disciplinar do TJD-AM